O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Muito obrigado pelas palavras, Pai Cássio. Quero convidar o Pai Flávio de Yansan para fazer uma saudação em nome da Nação Keto.

O SR. PAI FLÁVIO DE YANSAN - Boa-noite a todos. Boa-noite, Deputado, por esta oportunidade. Não gostaria de fazer uma louvação em nome da Nação Keto porque o Keto está sendo muito louvado, muito presente em todos os eventos. Mas gostaria de fazer uma pequena manifestação.

Recentemente, num grupo de trabalho e de estudos de meus filhos e netos, qual não foi minha surpresa quando o tema sugerido foi a África. Fomos então estudar a história da África. E qual não foi nossa surpresa sobre os textos acadêmicos: professores e cientistas da área de Ciências Humanas afirmam que a África não tem história, que o negro não construiu sua história em função da opressão do branco.

Esta semana, essa sua iniciativa, meu grande Pai Ogã, é a reorganização dessa história. Estamos reconstruindo a história do negro.

Parabéns, Deputado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Acreditamos que há, como disse também o Professor Kabengelé, várias formas de construir a história. Penso que eventos como este nos ajudam a estabelecer um diálogo, a desconstituir mitos e, portanto, afirmar também valores.

Quero pedir a atenção dos senhores e das senhoras para que possamos ouvir - tive oportunidade de conhecê-lo hoje - o Adido Cultural do Consulado da República de San Marino, na África, nosso companheiro e amigo Quagliotti Silvestri Faá.

O SR. QUAGLIOTTI SILVESTRI FAA - Gostaria de não ser formal e cumprimento todos como queridos amigos.

A República de San Marino tem mais de 1.700 anos de história. Pequenininha, mas depois de mais de 17 séculos de independência ela pode mandar uma mensagem para a semana de solidariedade. A mensagem poderia ser compreendida em duas palavras: liberdade e paz.

Recebemos há pouco uma maravilhosa aula de ritmo. Tenho a persuasão de que ritmo e vida são a mesma coisa. Recebemos então uma grandiosa aula de vida.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Padre Enis, quero convidar o senhor para fazer uma saudação, por- que estamos num movimento, numa luta contra a intolerância religiosa. E no diálogo inter-religioso o senhor tem sido combatente nesta Casa, prestando todo apoio e prestígio da Igreja Católica para, sobretudo, fazer uma aproximação com as religiões de matiz africana, dentre outras manifestações religiosas que se fazem presentes em nosso País e no mundo.

Quero agradecer ao senhor pela presença e passar-lhe a palavra.

O PADRE JOSÉ ENIS DE JESUS - Boa-noite a todos. Agradeço a oportunidade de participar deste evento, que é muito importante para a história do Brasil. Boa-noite, Professor Kabengelé, demais autoridades presentes, autorida-des religiosas, povo dos orixás. É uma alegria poder participar da abertura deste grande evento, que lembra as nossas raízes tão discriminadas inclusive pela minha igreja.

Hoje, graças a Deus, estamos reunindo, cada vez mais, homens e mulheres de todas as religiões para celebrarmos juntos, como diz nosso grande professor, a construção da paz, a grande paz com que todos nós sonhamos.

Muito obrigado por esta possibilidade. Que os frutos deste encontro ajudem todos os brasileiros a reconhecerem que tam- bém somos negros, somos afro-descendentes.

Muita paz. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Quero convidar a Mametu Nkisi e Mãe Corajacy para, na tradição de Angola, fazer a saudação em nome de todos os angoleiros. A Mãe Corajacy está acompanhada da Mãe d’Angô e Tata Tauá.

A SRA. MÃE CORAJACY - A benção, d’Auá, a benção, Mãe d’Angô, a benção, meus sobrinhos, a benção, povo do Santo. Fui convidada a falar “Muito obrigada, Tiãozinho, pela oportu- nidade”. Como estamos num conjunto, não costumamos passar à frente do outro. Com muito respeito a Tauá, Tauá é que vai falar. Obrigada. (Palmas.)

O SR. TATA TAUÁ - Primeiro, boa-noite a todos. Queremos agradecer a esta Casa a oportunidade de poder falar e louvar uma coisa herdada de nossos ancestrais.

Somos hoje reconhecidos, eu não diria como religião, mas como culto herdado dos nossos ancestrais. Não temos tempo aqui de nos referir a todos eles. Gostaria então de dizer (frase em idioma estrangeiro), meus respeitos e minha licença aos meus ancestrais. E quando falo ancestrais, refiro-me a todas as etnias. (Palavras em idioma estrangeiro) Proteja os homens aqui presentes, as mulheres, os meninos e as autoridades.

Vamos lembrar um cidadão de Camulema, de nome Eugênio Felício Correia, que se chamava Tata Kiukuila. Viveu no Recôncavo Baiano e nos deixou algumas coisas como herança, dentre elas uma cantiga, que não é o Pai Nosso, mas é parecida. O Pai Nosso em quimbundo é outro.

- É feita a apresentação musical.

Deus que está entre nós e a natureza, santificado seja o vosso nome. Derrame a vossa proteção aqui na Terra em todos os lugares. Proteja o povo aqui presente. Assim seja! Deus abençoe a todos nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Já que- brei o protocolo uma vez e vou quebrar pela segunda. O Prof. Jacchieri está entusiasmado, querendo fazer uma saudação. E quando as pessoas estão assim é porque têm coisas boas a falar.

Tem a palavra o Professor Carlos Jacchieri, Delegado Regional de Cultura da Grande São Paulo.

O SR. CARLOS JACCHIERI - Kabengelé lembrou que se cos- tuma desconhecer a História da África. E a História Universal não a dispensa. O Egito, a civilização egípcia, foi uma civiliza- ção negra. Todos os monumentos, todas as estátuas são de gente negra. O Egito ficou branco pelas invasões, mas até o fim com Ísis e Osíris foi a segunda grande civilização da História que abriu as portas para a descoberta do astral.

A descoberta do mundo universal, do planisfério, começa no Egito, com as pirâmides dirigidas pelos meridianos e os paralelos, com as suas portas dirigidas para as constelações. O mundo do astral, o mundo da astronomia, começou definitivamente a ser constituído no Egito.

E foi o mundo dos astrônomos que abriu a filosofia na Grécia porque todos os primeiros filósofos foram, primeiro, astrônomos. E a outra civilização, que foi a Suméria, tem escri- to em sua mitologia que o seu mais importante componente foi um grupo humano chamado Anunake, que era pequeno, provavelmente pigmeu e provavelmente africano.

A História da África faz parte da História Universal. Quem desconhece isso é simplesmente um ignorante comum.

Outra coisa: a África está presente na formação do que se chama cultura hebréia. Salomão levou para Israel a população negra da Rainha de Sabah e foi condenado por profetas por ter feito essa licença dentro do culto a Jeová.

Um outro detalhe: o Império Romano, a partir de Cipião Africano, no norte da África, que não era habitado pelos ár- bes - que depois a ocuparam, era uma civilização com gente negra. E Cipião Africano começou a organizar as legiões roma- nas com dois mil cavaleiros negros, que eram cavaleiros de elite das regiões romanas, e que foram levados como cavalei- ros de elite para fundar a Europa, para fundar Bonn, Berlim, Nuremberg, Paris. E esses negros cavaleiros, levados pelo Império Romano, acabaram modificando o cabelo de metade da Europa; foram pessoas que entraram na genética europeia.

Estou muito contente de ver aqui a representação dos ori- xás, dos babalaos, das yalorixás, que são do Candomblé, da Umbanda, e que essa tradição foi com os pais-de-santo, com a dignidade dada pela Princesa Akualturme ao Zumbi, ao Cangazuba, que formou isto que é o nosso Candomblé, que preservou na História do Brasil a tradição dos reis negros afro- canos.

A tradição da civilização africana é mais do que uma sim- ples religiosidade, é uma constituição da espiritualidade do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Como eu disse, o Prof. Jacchieri tinha algo a nos dizer. E foram boas pala- vras. Mas Prof. Kabengelé dizia o seguinte: esta Sessão Solene tem sentido, assim como também frisou o Deputado Vaccarezza, se demos seqüência ao que estamos aqui fazendo hoje.

A introdução da História da África nos currículos escolares do Brasil é um imperativo se quisermos, de fato, construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Negando a nossa própria História, nossa resistência, negando inclusive a condi- ção e a possibilidade de os brasileiros conhecerem a África, estamos omitindo, e deixando de recuperar o que foi dito pelo professor, a idéia de que mais do que uma paisagem, um canto ali do planeta Terra, estamos falando de um continente que tem uma história de mil e setecentos anos. Mas temos também outras histórias, a história do fóssil mais antigo até hoje encontrado pelos pesquisadores.

Mesmo sendo uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, a primeira lei sancionada pelo Presidente Lula, a Lei nº 10.639 sofreu questionamentos de vários acadêmicos, questionando, inclusive, se era legal o Congresso Nacional aprovar uma legis- lação que, de certa maneira, impunha a obrigatoriedade de se ensinar a História da África, ou seja, nos negando o direito de conhecer a cultura africana, só nos oferecendo o estudo de outras culturas. É só abrimos qualquer livro de História ou de Geografia do ensino médio e das nossas universidades que poderemos constatar essa realidade. E mesmo a História do povo egípcio, quando é colocada, não faz referência à África, como se fosse algo distante, um território à parte do continen- te africano.

Portanto, na nossa opinião isso também tem um objetivo estratégico, de negar os avanços da Física, da Matemática, da própria Medicina aos africanos e, portanto, dar aos europeus, de certa maneira, o privilégio de serem os detentores do conhecimento da ciência e dá também um suporte ideológico para a manutenção do preconceito racial. Não é por acaso que essas coisas acontecem. Também não é por acaso que estamos reunidos hoje.

Estamos reunidos para travar um combate em condições que eu considero muito mais favoráveis do que travou Zumbi e os próprios negros do continente africano. Temos uma Assembléia Legislativa, televisão, internet, vários instrumentos de que os africanos não dispunham no passado para valorizar sua cultura e para travar uma boa luta. Então, que utilizemos esses instrumentos para avançar as nossas conquistas.

Quero convidar, como último orador, o Sr. José Antonio dos Santos, Adido Cultural para as Comunidades do Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS - Boa noite a todos, senhores, senhoras, queridos compatriotas angolanos, endere- ço uma saudação a todos, principalmente aos meus compatrio- tas. Sinto-me muito honrado de estar aqui presente represen- tando o Cónsul Geral de Angola num evento que considero de muita importância.

Angola sempre soube respeitar a história. O Brasil, país que tem alguns laços históricos com Angola, é para nós um país que merece uma certa importância.

Esta Sessão Solene veio no momento certo. Durante esta semana, discutiremos alguns assuntos, faremos uma reflexão bastante profunda sobre os mais variados problemas que tocam a África, um tema bastante discutido, muito analisado, tal como já foi referenciado pelas pessoas que me antecede- ram.

Estão de parabéns todos quantos contribuíram para que este evento se realizasse. Estão de parabéns os grupos cultu- rais que aqui estiveram e que com o rufar dos tambores ajuda- ram espiritualmente a viajarmos um bocado para a África. Tudo que pude testemunhar foi uma cerimônia de extrema importância. Não vou me alongar mais porque as pessoas que me antecederam praticamente já disseram tudo. Apenas direi aos irmãos brasileiros que estão presentes, que tiveram essa iniciativa, que vocês estão no bom caminho, continuem assim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO ARCANJO - PT - Quero agradecer ao Brito Neto, do Instituto Amigos de Angola; Maria Cândida de Paula Tomás Souza, da Pastoral Afro da Igreja Nossa Senhora de Acheropita; Wides Ramos de Souza, da Banda Pedra do Pelô; Ângela Santos, do Centro Cultural Paulo Freire e da Marcha Mundial de Mulheres, da cidade de Diadema; Ricardo Eugênio Mariano, do Instituto Cultural Baobá; Maria Raimunda Reis, do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente; José Reinaldo Araldo, representante da Negros e Políticas Públicas da Assembléia Legislativa, na pes- soa de quem agradeço a dedicação de todos os funcionários da Assembléia Legislativa; minha mãe, Conceição Reis, do Movimento Negro Unificado e também do Intecab; Pedro Gomes Vaz, da Associação dos Estudantes de Guiné-Bissau; Claudinéia Apolinário, do Grupo Gira, da cidade de Diadema; Luis Paulo Lima, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. (Palmas.)

Essa agenda se articula com um conjunto de iniciativas do próprio Movimento Negro do Estado de São Paulo, da Frente Parlamentar pela Promoção da Igualdade Racial da Assembléia Legislativa, que tenho a honra de coordenar.

Convidamos a todos para, no dia primeiro de junho de 2004, participar de uma tribuna livre contra o racismo e impu- nidade e pela vida. Será às 18 horas no Auditório Franco Montoro. Está sendo organizado pelas entidades de movimen- to negro, pelas centrais sindicais e pela sociedade civil. Queremos fazer uma grande tribuna para não só denunciar o racismo, mas também criar as condições para apresentação de políticas públicas de promoção da igualdade, discutimos legis- lações como as que foram citadas no início da Sessão Solene pelo nobre Deputado Cândido Vaccarezza.

Quero convidar todos para participarem de mais algumas atividades durante a semana. Amanhã, dia 25, teremos, em Campinas, às 9 horas, um ato solene no Instituto Cultural Babá Toloji, o organizador da exposição na entrada da Assembléia Legislativa. O endereço do Instituto é Rua Mário Bassani, nº 154, Jardim São Vicente.

Às 14 horas e 30 minutos, teremos a abertura oficial da exposição das culturas africanas, uma feira de livros, a apre- sentação da orquestra do Projeto Guri e palestra sobre a cultu- ra africana no Brasil, com a Teresa Santos, historiadora e pes- quisadora, e Emanuel Araújo, curador do Museu do Negro de São Paulo.

Teremos amanhã à tarde, na Assembléia, a presença da Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, e da Sra. Cláudia Costin, Secretária Estadual de Cultura. No dia 26, faremos uma pales- tra sobre “A África frente às duras realidades da geopolítica internacional”, no Plenário Teotônio Villela. Teremos a presen- ça do Professor Doutor José Maria Pereira, da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro.

Aqueles que puderam ouvir o que Professor Kabengelé Munanga nos apresentou também terão oportunidade de ouvir o Professor José Maria e apreciar, com mais tempo, um pouco da questão política. A idéia desta semana era discutir os aspectos aqui trabalhados, a questão da religiosidade, da cul- tura, e também pensar a África nesse novo contexto interna- cional, frente a esses novos desafios.

No dia 27, teremos uma mesa redonda na Assembléia, quando iremos discutir as potencialidades econômicas entre o Brasil e a África. Aproveitando a presença do Presidente Lula na África, o que abre possibilidades de novos negócios de mer- cados, teremos a presença do nosso companheiro Nelson de Oliveira, Diretor das Linhas Aéreas da África do Sul no Brasil; do Sr. José Aparecido Barbosa, representante da Petrobras; do Sr. Oswaldo Nascimento, gerente de Cluster da IBM; do Deputado Nivaldo Santana, que irá coordenar a Mesa; do Sr. Mário Nelson Carvalho, militante do Movimento Negro, Diretor Presidente da Construtora Gomes Carvalho; do Sr. Aguiinaldo Rocha, Cônsul de Cabo Verde em São Paulo; do Sr. Luis Felipe Galiano, representante da Embaixada de Angola.

Esta semana, como já disse, tem apoio da Petrobras, da Casa de Cultura Tainã, da Biblioteca Mário de Andrade, da Secretaria Estadual de Cultura, da Coordenadoria para Assunto da População Negra da Prefeitura de São Paulo, do Instituto Cultural Babá Toloji e do Fórum África, representado na mesa pelo nosso amigo Sadoo.

Antes de encerrar nosso evento, quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos. O objetivo dessa lei, de certa maneira, está sendo materializado não só pela Sessão Solene, mas também pelo fato de estarmos escrevendo na história do Estado de São Paulo, até porque temos vários acontecimentos aqui que fazem alusão a outros povos e outras culturas.

A primeira intenção, confesso, era deixar marcada na his- tória de São Paulo alguma referência. Se não pudéssemos rea- lizar uma atividade como esta e outra que estamos realizando, que tivéssemos o registro histórico para efeito de reconheci- mento. Quando olhamos o calendário oficial do Estado de São Paulo e do Brasil, notamos atividades várias, lembrando diver- sos povos. Não temos - ou não tínhamos - nenhum registro alusivo à história da África, à cultura africana, do ponto de vista oficial.

Tínhamos e temos expressões que estão, de certa mane- ira, no subterrâneo das nossas atividades, ou, muitas vezes, sendo tratadas como caricaturas, como objeto de sedução. E temos ainda aqueles que olham a África com o objetivo ape- nas de fazer negócio. A idéia era estabelecer um contraponto a tudo isso.

Acreditamos, apesar das diversas referências feitas a esse projeto de lei, que estamos cumprindo um dos nossos compro- missos assumidos durante nossa campanha para Deputado Estadual. É uma experiência que vinhamos desenvolvendo na cidade de Campinas e queremos, com muita dedicação, levar para todo o Estado de São Paulo, em particular para este gran- de laboratório político, cultural e econômico-social, que é a cidade de São Paulo. Esperamos que os senhores possam com- partilhar conosco de todos esses acontecimentos e eventos.

Quero dizer aos senhores que esta atividade só foi possí- vel graças à dedicação de pessoas que contribuíram volunta- riamente para sua realização. Tanto é que temos aqui uma exposição de quadros feita pela artista plástica Agnes, a quem eu gostaria que saudássemos com uma salva de palmas. (Palmas.)

Assim como à Agnes, agradecemos também às pessoas responsáveis pelo Acervo Cultural Babá Toloji, e outras mani- festações. Muito obrigado a todos. Sabemos que, em cada canto do mundo, está presente um pedacinho da cultura afri- cana e do povo africano. E é isso que queremos recuperar.

Esgotado o objeto da presente sessão, antes de encerrá-la, esta Presidência agradece às autoridades, aos funcionários desta Casa e àqueles que com suas presenças colaboraram para o êxito desta solenidade e convida a todos para um coquetel no Hall Monumental e para uma visita à exposição da artista plástica Agnes.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 22 horas e 19 minutos.

Atos Administrativos

ATO DA MESA

DE: 31.05.2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, a fim de melhor disciplinar a instrução e os prazos a serem observados nos procedi- mentos administrativos de contratação relativos a obras, servi- ços, compras, concessões, permissões e locações, promovidos no âmbito deste Poder, que se trate de contratações iniciais, precedidas ou não de procedimento licitatório, bem assim de seus respectivos aditamentos contratuais, diante dos diplomas legais que regulam a matéria, em especial a Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei estadual nº 6.544/89 e suas modificações, Lei federal nº 10.520/02, regulamentada por meio do Ato nº 02/2004, da Mesa da ALEP, Lei Complementar federal nº 101/2000, no que couberem, RESOLVE:

Art. 1º - Todos os procedimentos administrativos relativos à contratação de obras e serviços, compras, concessões, per- missões e locações regidos pelas normas contidas na Lei fede- ral nº 8.666/93 e suas alterações, na Lei estadual nº 6.544/89 e respectivas modificações e na Lei federal nº 10.520/02, regula- mentada por meio do Ato nº 02/2004, da Mesa da ALESP, deverão observar as regras de tramitação e providências admi- nistrativas estabelecidas no presente Ato e seus Anexos I a X.

Art. 2º - As Unidades Administrativas da ALESP ficam obriga- das a fazer, anualmente, previsão orçamentária para o exer- cício subsequente, por meio de formulários próprios da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário (DPCO), do Departamento de Finanças.

§ 1º - A previsão orçamentária referida no caput deste artigo deverá ser entregue à DPCO, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) de abril de cada ano, de sorte a viabilizar a análise dos dados e a consignação de recursos no projeto de lei orçamentária, para atender as despesas previstas para cada Unidade Administrativa.

§ 2º - Eventuais equívocos apontados pela referida DPCO, quanto às previsões orçamentárias apresentadas pelas Unidades Administrativas, deverão ser sanadas por seus res- pectivos titulares, no prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação formal da referida Divisão.

§ 3º - As previsões orçamentárias das Unidades Centralizadoras, previstas no artigo 7º deste Ato, após a devida consolidação, deverão ser entregues à DPCO, até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano.

Art. 3º - Com vistas à execução daquilo que foi planejado, as Unidades Administrativas deverão efetuar as solicitações de compras de bens e/ou serviços, no período de janeiro a agosto de cada ano.

Parágrafo único - Tratando-se de aquisição de bens sujei- tos a estoque, sem prejuízo da observância do período previsto no caput deste artigo, os pedidos respectivos somente serão processados se encaminhados com, no mínimo, 3 (três) meses de antecedência da data prevista para o seu término, fazendo constar da solicitação de compras informação quanto ao deta- lhamento do efetivo consumo relativo aos últimos 12 (doze) meses pelas Unidades consumidoras, justificando qualquer alteração nas quantidades.

Art. 4º - No caso de prestação de serviços de natureza continuada, os procedimentos de contratação, sujeitos à reali- zação de licitação, deverão ser deflagrados pela Unidade Administrativa solicitante nos seguintes prazos mínimos ante- riores à data final de sua execução, conforme a modalidade licitatória correspondente:

I - 08 (oito) meses, em caso de Concorrência;

II - 05 (cinco) meses, em caso de Tomada de Preços; e

III - 03 (três) meses, em caso de Convite e Pregão.

§ 1º - Nos casos de contratação direta para a prestação de serviços de natureza continuada em que não mais figure cabí- vel a respectiva prorrogação, a deflagração de novo pedido deverá observar o prazo mínimo de 6 (seis) meses do término do prazo contratual, de sorte que o correspondente processo seja recebido pela autoridade superior competente para a ordenação da despesa, devidamente instruído, com a antece- dência mínima de 15 (quinze) dias do termo fatal do ajuste.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo de execução de contrato de prestação de serviços de natureza continuada deverá ser deflagrado pela Unidade Administrativa solicitante, com antecedência mínima de 4 (quatro) meses do término do prazo contratual, por meio de formulário próprio de solicitação de compras/serviços, disponível na Intranet, com a devida jus- tificativa pelo interesse na manutenção do ajuste, instruíndo- se o processo, e, obedecendo-se, ainda, o disposto no parágra- fo único do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93, conforme documentação a seguir, de forma que seja recebido pela au- toridade superior competente para a ordenação da despesa, com a antecedência mínima referida no parágrafo anterior:

a) concordância da empresa contratada em prorrogar o prazo de execução do contrato, nas mesmas condições;

b) pesquisa de preços praticados no mercado, consideran- do-se, para efeito de comparativo, o valor do contrato reajus- tado, na forma disciplinada em cláusula contratual, salvo se a contratada expressamente declinar do reajuste, com a informa- ção, no respectivo demonstrativo, acerca da vantagem em se manter o contrato; ou

c) na hipótese de contratação direta, e diante da impossi- bilidade de efetuar pesquisa de mercado, cópias de contratos contemporâneos, de objetos análogos, firmados com Órgãos da Administração Pública ou empresas privadas, observada a recomendação da alínea "b";

d) prova de regularidade da empresa contratada quanto aos encargos sociais instituídos por lei, quais sejam: FGTS (arti- go 2º da Lei federal nº 9.012/95) e INSS (§ 3º do artigo 195 da Constituição Federal de 1988 e artigo 29, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93) e declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho (artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal do Brasil).

Art. 5º - O Secretário Geral de Administração, à luz da conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária e financeira do exercício corrente, avaliará e decidirá quanto à excepcionalidade e urgência dos casos de aquisição de bens, prestação de serviços e realização de obras/serviços de enge- nharia.

Art. 6º - Constatada a situação do artigo anterior, fica delegada ao SGA competência para fixar, por meio de despacho fundamentado, prazos máximos de permanência dos pro- cessos nas Unidades Administrativas da ALESP, à exceção daquelas previstas no parágrafo único deste artigo, com vistas ao fiel cumprimento das disposições previstas neste ato.

Parágrafo único - Os prazos de que trata o caput deste artigo serão fixados pelo Secretário Geral Parlamentar e pelo Procurador-Chefe em suas respectivas unidades.

Art. 7º - De modo a empreender eficiência na operacionali- zação da atividade administrativa da Assembléia Legislativa, com o objetivo de unificar as solicitações de aquisições de bens e prestação de serviços que sejam comuns às diversas Unidades Administrativas, ficam instituídas as seguintes Unidades Centralizadoras - UC:

I - Serviço de Seleção, Treinamento e Capacitação, do Departamento de Recursos Humanos - cursos, congressos e simpósios, regulamentados conforme Ato nº 31/01, da Mesa;

II - Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho, do Departamento de Recursos Humanos - mobiliário em geral;

III - Serviço de Almoxarifado, do Departamento de Finan- ças - materiais de escritório e de consumo geral, defini- dos por Ato de Mesa;

IV - Serviço de Administração Geral, do Departamento de Serviços Gerais - equipamentos e serviços de telefonia, assim como assinaturas de periódicos , definidas por Ato de Mesa;

V - Grupo de Trabalho/Engenharia, do Departamento de Serviços Gerais - aparelhos de ar condicionado, bem como obras e reformas prediais estruturais;

VI - Serviço Técnico de Engenharia, Manutenção e Conservação, do Departamento de Serviços Gerais - manuten- ção e conservação predial e de equipamentos;

VII - Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional - softwares, suprimentos, acessórios e equipame- ntos de informática, disciplinados no Ato nº 26/99, da Mesa;

VIII - Instituto do Legislativo Paulista - atividades, cursos, convênios e treinamentos institucionais de sua competência exclusiva, segundo determinado pela Resolução nº 821/01, regulamentada pelo Ato nº 25/02, da Mesa; e

IX - Serviço de Compras, do Departamento de Finan- ças - eletrodomésticos e utensílios em geral.

§ 1º - Compete às Unidades Centralizadoras opinar tecni- camente sobre qualquer solicitação de compras sob sua atri- buição, quando a especificidade do objeto assim o exigir.